



O País *à la carte*: leitura da folha n.º 111 (Paredes) – Paços de Ferreira da *Carta Militar de Portugal*

Luís Moreira*

Palavras-chave

Carta Militar de Portugal; geografia histórica; história da cartografia; paisagem; território.

Keywords

Carta Militar de Portugal [*Portugal's Military Letter*]; *historical geography*; *history of cartography*; *landscape*; *territory*.

Resumo

A partir de meados do século XIX, à medida que se procedeu à consolidação e institucionalização do Estado moderno, possuir mapas topográficos era uma urgência sentida pelos sucessivos governos, que, no sentido de modernizar e desenvolver o País, lançaram uma série de obras públicas e de fomento nacional. A base para o planeamento e gestão deste esforço foi a moderna cartografia geodésica e topográfica, assente num mapa corográfico composto por 37 folhas, na escala 1:100 000. Contudo, já no século XX, foi necessário proceder ao levantamento de uma nova série cartográfica do conjunto do território nacional, coordenado por um organismo militar e numa escala maior, materializada na *Carta Militar de Portugal*, a mais importante realização cartográfica portuguesa do século XX. Neste texto, tomaremos como exemplo de leitura e análise a folha n.º 111 (Paredes) – Paços de Ferreira.

Abstract

*From the mid-19th century, as they proceeded with the consolidation and institutionalization of the modern State, to have topographic maps was an urgency felt by the successive governments that, in order to modernize and develop the Country, launched a series of public constructions and national fostering. The basis for the planning and management of this effort was the modern geodetic and topographic mapping, based on a chorographic map consisting of 37 sheets, scale 1:100 000. However, in the 20th century it was necessary to survey a new cartographic series of the entire national territory, coordinated by a military organism and on a larger scale, embodied in the Carta Militar de Portugal [*Portugal's Military Letter*], the most important Portuguese cartographic achievement of the 20th century. In this paper, we will take as an example of reading and analysis the sheet 111 (Paredes) – Paços de Ferreira.*

* Professor de Geografia no Agrupamento de Escolas de Lousada e Professor Auxiliar Convitado no Departamento de Geografia da Universidade do Minho. Investigador no Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa.

1. Introdução

Num pequeno texto memorialístico (e algo intimista), intitulado “The map as biography...” [O mapa como biografia ...], publicado em 1987, na revista *The Map Collector*, o geógrafo Brian Harley afirmava que estudar mapas e, em particular, mapas antigos, era, em certo sentido, o mesmo que realizar várias biografias: a do mapa, enquanto produto técnico e/ou obra de arte, a do território representado e a de todos aqueles que, direta e indiretamente, com ele se relacionaram, incluindo o autor do estudo.

Partindo deste texto, pretendemos ensaiar a biografia da folha n.º 111 da *Carta Militar de Portugal*, na escala 1:25 000, que, no seu conjunto, constitui um dos melhores exemplos do património cartográfico português do século XX.

2. A moderna cartografia topográfica portuguesa¹

A cartografia científica, geodésica e topográfica instituiu-se tardiamente em Portugal – somente a partir da segunda metade do século XIX – pese, embora, algumas tentativas ensaiadas nos finais do século XVIII.

À medida que se concluíam a *Carte de France* (1744-1793) – um projeto cartográfico científico, dirigido por quatro gerações da família Cassini, composto por 182 folhas, na escala ca. 1:80 000 –, quase todos os países europeus pretendiam imitar este modelo. Em Portugal, o projeto de compor a *Carta Geral do Reino* foi atribuído ao lente da Academia Real da Marinha, Francisco António Ciera, e ao Real Corpo de Engenheiros.

Os trabalhos de levantamento topográfico e o estabelecimento de uma rede geodésica iniciaram-se no decorrer da década de 1790 e prolongaram-se até 1804, altura em que se interromperam, por decisão do Governo, só sendo

retomados quase cinquenta anos depois, na sequência de todos os condicionalismos impostos, sobretudo pela Guerra Peninsular, pela Revolução Liberal e pelas Guerras Civis.

Contudo, a concretização das políticas públicas preconizadas e dirigidas pelo Estado Liberal, que emerge no período da Regeneração (1851), exigia um conhecimento rigoroso e detalhado do território nacional, assim como das suas populações e dos recursos naturais.

O planeamento e desenvolvimento de obras públicas, nomeadamente a construção de infraestruturas rodó e ferroviárias, a construção e ampliação de portos marítimos, a definição dos limites, especialmente a fixação da fronteira terrestre, bem como a aplicação das reformas administrativas e fiscais exigiam mapas precisos, para apoio dos decisores políticos, militares e técnicos.

Assim, em 1852, enquadrada no Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria, foi criada a Direção-Geral dos Trabalhos Geodésicos, sob a direção de Filipe Folque (1800-1876), que assumiu a responsabilidade de compor a primeira série cartográfica portuguesa, intitulada *Carta Geral do Reino* (também denominada *Carta Chorographica do Reino*), na escala 1:100 000, constituída por 37 folhas, levantadas entre 1853 e 1892 e editadas entre 1856 e 1904. Tratava-se do primeiro mapa científico/corográfico do país, mas, não obstante a sua importância, rapidamente se constataram as limitações impostas pela escala, pelo que se sentiu necessidade de compor um mapa com maior pormenor².

Deste modo, a partir de 1899, decide-se publicar a *Nova Carta Chorographica*, na escala 1:50 000, fazendo uso de cinco cores, sendo a série composta por 178 folhas, editadas por processos heliográficos, a partir de 1906. Este novo instrumento cartográfico, cuja série não se chegou a completar no tempo previsto, servia, tal como a

¹ O essencial sobre a recente evolução da cartografia topográfica portuguesa pode ser consultado em Dias (1995; 1998; 2000; 2001), Branco (2003) e Dias e Rossa (2007).

² Em 1865 havia sido editado o primeiro mapa científico do conjunto de Portugal, intitulado *Carta Geográfica de Portugal*, na escala 1:500 000, uma solução de recurso enquanto se processava o levantamento das folhas da *Carta Geral do Reino*.

antecessora, para apoiar a execução de diversos projetos de fomento (Dias, 1995: 63-68; Branquinho, 2003: 148-150).

Paralelamente a esta evolução impulsionada por um organismo civil, a cartografia militar procurou manter a própria produção ajustada às suas necessidades. No último quartel do século XIX, o Exército desenvolveu dois grandes projetos: o levantamento nacional à escala 1:250 000, concretizado na *Carta Itinerária de Portugal*, que serviria para planeamento dos movimentos e deslocamentos de tropas; e um levantamento topográfico na escala 1:20 000, para representação detalhada do terreno de algumas áreas estratégicas do País.

Neste sentido, o Corpo do Estado-Maior editou, a partir de 1881, a *Carta dos Arredores de Lisboa*, muito embora a área representada se estendesse um pouco mais para norte e para sul da capital, pelo que, já durante a I República, mudaria a sua designação para *Carta Topográfica de Portugal*, revelando o desejo de alargar o levantamento a todo o País.

Contudo, a implantação da República, as incursões monárquicas, a participação na I Guerra Mundial e toda a instabilidade social, política, económica e militar que caracterizou todo o período de governação republicana, desarticularam os principais projetos cartográficos militares, que só foram restabelecidos no final da Ditadura Militar (1926-1933), para desenvolver a mais importante série cartográfica nacional: a *Carta Militar de Portugal*, na escala 1:25 000.

O Decreto-Lei n.º 21904, de 24 de novembro de 1932, criou, oficialmente, os Serviços Cartográficos do Exército e atribuiu-lhes a execução da *Carta Topográfica Militar*, na escala 1:25 000. Os primeiros ensaios para a composição deste mapa decorreram a partir de 1926, sob orientação da Secção de Cartografia Militar do Estado Maior do Exército, que, em 1928, editou a folha de Lisboa, aproveitando os levantamentos existentes da *Carta dos Arredores de Lisboa/Carta Topográfica de Portugal*.

Depois deste trabalho experimental, os recém-criados Serviços Cartográficos do Exército definiram as áreas estratégicas do País para inicia-

rem os trabalhos de levantamento topográfico: a região envolvente da capital (cujas tarefas preparatórias estavam adiantadas), as áreas de exercícios e instalações militares e as entradas naturais na fronteira terrestre (particularmente Chaves, Almeida e Elvas).

Nesta primeira fase, que decorre até 1937, foram utilizados métodos clássicos na composição cartográfica das cerca de 40 folhas, editadas a partir de 1934. Desde então, foram utilizados processos fotogramétricos que permitiram aumentar o ritmo de produção/edição, mas implicando uma alteração técnica relativamente às folhas anteriormente editadas: o elipsoide de Bessel foi substituído pelo de Hayford, enquanto a projeção de Bonne foi substituída pela de Gauss (Dias e Rossa, 2007: 37).

A primeira edição da *Carta Militar de Portugal*, designação que consta nas 633 folhas que compõem o mapa do conjunto de Portugal, prolongou-se até 1965. Atualmente, algumas folhas correspondentes a determinadas áreas do País já contam com seis edições.

Para além do elipsoide e da projeção cartográfica, as primeiras folhas da *Carta Militar* possuem outras características que as diferenciam das demais. Desde logo, a ausência da legenda; também a identificação de algumas folhas, mas não a sua numeração, foi alterada nas edições seguintes; por fim, para a figuração dos diversos fenómenos e elementos da superfície terrestre foram utilizados símbolos e cores diferentes, destacando-se as curvas de nível a preto, ou as estradas a azul.

3. A folha n.º 111 (Paredes) – Paços de Ferreira da *Carta Militar de Portugal*

A folha em análise foi editada, pela primeira vez, em 1935 e liga-se a outras elaboradas na mesma época: Valongo (n.º 123, 1936), Penafiel (n.º 112, 1937), Marco de Canaveses (n.º 124, 1937) e Amarante (n.º 113, 1938). A escolha desta área para dar início aos trabalhos de levantamento topográfico deverá prender-se com o facto de constituir um habitual campo de treino e/ou

de manobras e acampamentos militares, como documentam vários artigos na imprensa local e regional, mas, sobretudo, por configurar o terreno estratégico para a defesa militar da cidade do Porto, principalmente numa possível rota de invasão por Trás-os-Montes, justificando-se, assim, a existência de quarteis militares em Amarante e Penafiel, que se complementavam com os de Vila Real e de Chaves, protegendo a principal ligação viária entre a fronteira do vale do Tâmega e a foz do Douro³.

A folha tem as dimensões *standard* de 64 cm x 40 cm. Fora da esquadria, na parte superior ao centro, está o título, o editor e a identificação da folha: “Carta Militar de Portugal, Serviços Cartográficos do Exército, Paredes-Paços de Ferreira”, atribuindo-se a mesma importância às duas sedes de concelho.

Embora a identificação da folha deva ser atribuída “à maior cidade, vila ou aldeia que nela se encontra”⁴, e ainda que, de acordo com o recenseamento de 1930, Paredes fosse a povoação mais

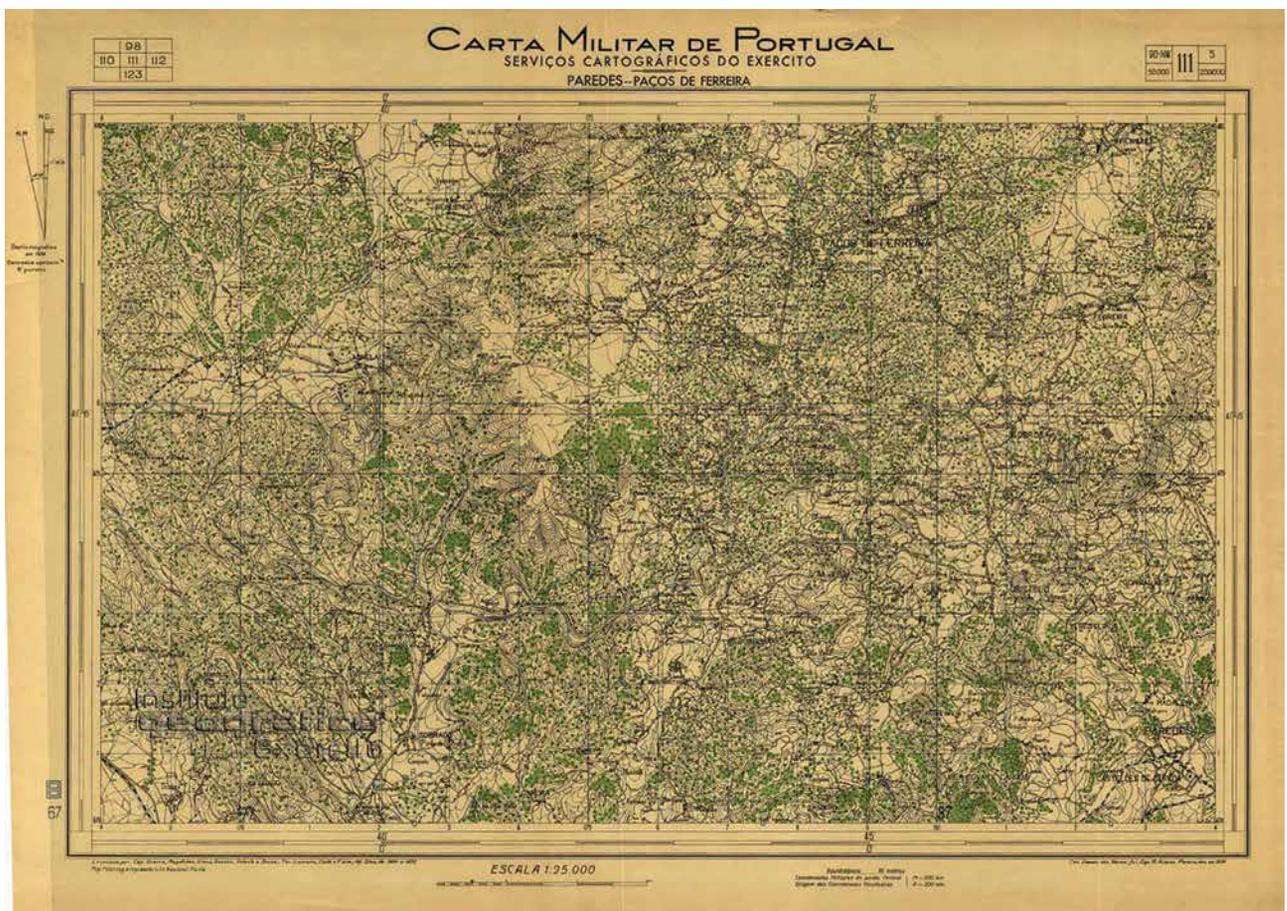


Figura 1. Carta Militar de Portugal. Folha n.º 111 – Paços de Ferreira, 1.ª edição, 1935. Fonte: Instituto Geográfico do Exército.

³ A importância do controlo desta via de comunicação terrestre ficou patente durante a denominada Guerra Fantástica de 1762, durante a Invasão Francesa de 1809, nas Guerras Civis de 1832-1834 e 1845-1847 e manteve-se enquanto durou o denominado “Perigo Espanhol” (entre 1911 e 1939). Relembre-se, também, que na denominada “Revolta/Revolução de 1927”, contra a Ditadura Militar, na cidade do Porto, as tropas revoltosas foram reforçadas com efetivos provenientes de Penafiel e Amarante, pelo que o levantamento topográfico desta área poderá estar associado à necessidade de controlar este tipo de ameaças sobre a capital do Norte.

⁴ Instituto Geográfico do Exército (2000) – *Manual de leitura de cartas*. 4ª ed., Lisboa: Instituto Geográfico do Exército, p. 9.

populosa, a designação seria alterada nas edições seguintes para “Paços de Ferreira”, talvez porque o topónimo “Paredes” se encontrava um pouco “escondido” no canto inferior direito da carta e os autores terão considerado acrescentar uma nova referência, mais visível e legível.

Nos cantos superiores, dois quadros permitem situar o mapa nas quadrículas das cartas, nas escalas 1:25 000, 1:50 000 e 1:250 000, afinal as três escalas militares de eleição. A orientação é dada por um diagrama que mostra a direção do Norte magnético, cartográfico e geográfico, indicando que a declinação magnética, em 1934, decrescia seis minutos por ano.

Na parte inferior da folha, ao centro, está a indicação da escala numérica, seguindo-se um segmento de reta de 12 cm, que representa a escala gráfica, e, logo depois, a indicação da equidistância entre as curvas de nível.

No canto inferior esquerdo, consta o nome dos 10 oficiais que procederam aos trabalhos de campo, que se estenderam de 1929 a 1933, e a indicação de que a folha foi fotolitografada na Litografia Nacional, no Porto. No canto inferior direito, o nome do fotolitógrafo e do desenhador e o ano em que foi desenhada: 1934. Muitos deles trabalharam no levantamento, desenho e gravação de outras folhas contíguas a esta.

O mapa está delimitado por uma dupla esquadria, sendo a interna graduada em latitude e longitude, referente ao sistema Bessel-Bonne, a partir do meridiano do Castelo de São Jorge (*Datum* de Lisboa), e que se completa com a quadrícula militar portuguesa, indicando-se a distância à meridiana e à perpendicular de origem.

Os mapas topográficos antigos constituem um reportório de informação geográfica, na medida em que fazem um registo georreferenciado dos principais fenómenos naturais e humanos de um determinado território, cuja evolução histórica se estende até ao ano de edição do mapa. Assim, a sua leitura permite fazer uma viagem ao passado.

O território representado neste mapa ocupa uma área de 160 km², que se estende pelos concelhos de Paredes, Paços de Ferreira, Santo Tirso, Valongo e Lousada, muito embora os seus limites administrativos não estejam marcados.

No fundo do mapa destaca-se a figuração do relevo/altitude, onde se evidencia, numa direção nordeste-sudoeste, a parte terminal da denominada “Chã de Ferreira”, que corresponde a uma vasta área aplanada cujos limites são, praticamente, coincidentes com os do concelho de Paços de Ferreira. Os seus bordos são marcados por vertentes de forte declive, especialmente no vale do rio Leça, nas serras da Agrela e do Penedo (que não estão identificadas), na parte oeste, e no vale do rio Sousa, na serra de São Tiago, a este. Destacam-se, ainda, a noroeste, o “Alto da Vela”, no Monte de Pisão, em Lamelas (Santo Tirso), e o Monte de São Silvestre, em Baltar (Paredes), na parte sul.

Dois rios importantes cruzam diagonalmente este território. Na parte norte, o rio Leça, e, ao centro, numa direção nordeste-sudoeste, e numa maior extensão, o rio Ferreira, encaixando-se ambos entre o relevo acidentado da área e formando dois amplos alvéolos: Reguenga-Água Longa e Sobrado, respetivamente.

Deste modo, estes dois cursos de água e seus afluentes drenam a maior parte do território cartografado, com a exceção de uma pequena área no canto sudeste, cuja rede hidrográfica se integra na bacia do rio Sousa.

Esta disposição e características gerais do relevo e da rede hidrográfica – que não se alteraram muito até aos dias de hoje – estruturavam a ocupação humana e a rede viária principal.

O povoamento é disperso, formando, aqui ou ali, pequenos núcleos ou lugares mais ou menos aglomerados. Nos vales dos dois rios principais, estes lugares localizam-se, muitas vezes, numa posição estratégica, a meia vertente, na proximidade de estradas ou de caminhos, entre as áreas agrícolas, no fundo de vale, e a área florestal, nas áreas de maior altitude, não ultrapassando, geralmente, as cotas de 200-300 m, padrão que se estende a

todo o território cartografado. As duas exceções correspondem às duas sedes de concelho, onde são perceptíveis os arruamentos que estruturam a morfologia destes dois núcleos urbanos, mas revelando uma baixa densidade de ocupação.

Evidencia-se uma maior densidade de povoamento ao longo do vale do Ferreira, composto pelo alinhamento das freguesias de Paços de Ferreira, Frazão (ambas no concelho de Paços de Ferreira), Lordelo e Rebordosa (ambas no concelho de Paredes). Toda a área ocidental – correspondendo às vertentes das serras do Penedo e da Agrela e, na margem direita do rio Leça, ao Monte do Pisão – é de baixa ocupação humana, pois aí a presença do xisto torna os solos menos férteis e com pouca aptidão agrícola.

A dispersão do povoamento correlaciona-se com uma relativamente elevada densidade populacional (aproximadamente 200 hab/km²) na área figurada, embora inferior à do distrito, mas indicadora da plena ocupação humana, própria do padrão de povoamento da região de Entre-Douro-e-Minho.

A rede viária ligava os principais núcleos populacionais entre si, muito embora a maioria das estradas não estivesse pavimentada. Estas foram figuradas com um símbolo muito próprio, apenas utilizado nesta edição (símbolo idêntico ao da linha de caminho de ferro, mas pintado a azul e preto). Só surgem em dois pequenos troços: em Água Longa, constituindo parte da Estrada Nacional 206, que ligava a cidade do Porto à de Guimarães, e em Paredes, por onde passava a Estrada Nacional 15, entre o Porto e Vila Real.

A restante rede viária era relativamente densa, mas composta por estradas municipais e caminhos rurais, previsivelmente macadamizados no melhor dos casos, mais aptos à utilização a pé e por veículos de tração animal, que ligavam os inúmeros lugares habitados às áreas de cultivo e à floresta.

A leitura geral ao mapa revela uma absoluta ruralidade do território, o que condiz com a distribuição da população ativa por setores de atividade da região, que, na época, deveria concentrar bem mais de 40% no setor primário.

A atividade agrícola seria a mais representativa e aquela que mais ocupava o solo e está bem patente na própria toponímia da carta: agra, agre-la, devesa, campo, quintã, quintela... Os fundos de vale, constituídos por solos de aluvião, e, por isso, mais férteis, as vertentes menos abruptas e as áreas aplanadas constituíam as áreas agrícolas predominantes, seguindo-se o povoamento florestal, confinado, principalmente, aos interflúvios de maior altitude e de solos mais pobres (Silva, 1986: 17). A vegetação foi figurada por uma mancha verde e uns símbolos que deveriam especificar as espécies dominantes, contudo, a ausência de legenda não permite ao leitor menos treinado visualizar as diferenças do povoamento florestal. No entanto, por comparação com a legenda constante nas edições posteriores, podemos concluir que a floresta era, maioritariamente, composta por pinheiros e outras resinosas, coexistindo com pequenos e residuais bosques de folhosas, também identificados com um símbolo específico.

Associados à atividade agrícola, e aproveitando a densa rede hidrográfica, encontram-se inúmeros símbolos que indicam a localização de moinhos, azenhas e engenhos. Os moinhos e as azenhas eram utilizados para moer o cereal mais cultivado nesta região: o milho. Havia, também, alguns engenhos/moinhos de pisão para tratar o linho, cujo cultivo adquiria certa importância para a economia local (Lacerda, 1986: 157-158). Muitos deles perpetuaram-se na toponímia.

Quanto aos engenhos, estes eram, quase exclusivamente, de serração de madeira de pinho, constituindo o embrião da indústria do mobiliário que haveria de caracterizar sobretudo os concelhos de Paredes e de Paços de Ferreira (Magalhães, 1986; Lacerda, 1986). Em todo o caso, a atividade industrial parece ser incipiente, muito embora fossem identificadas três fábricas: a Fábrica de Vilar, em Paços de Ferreira; a Fábrica de

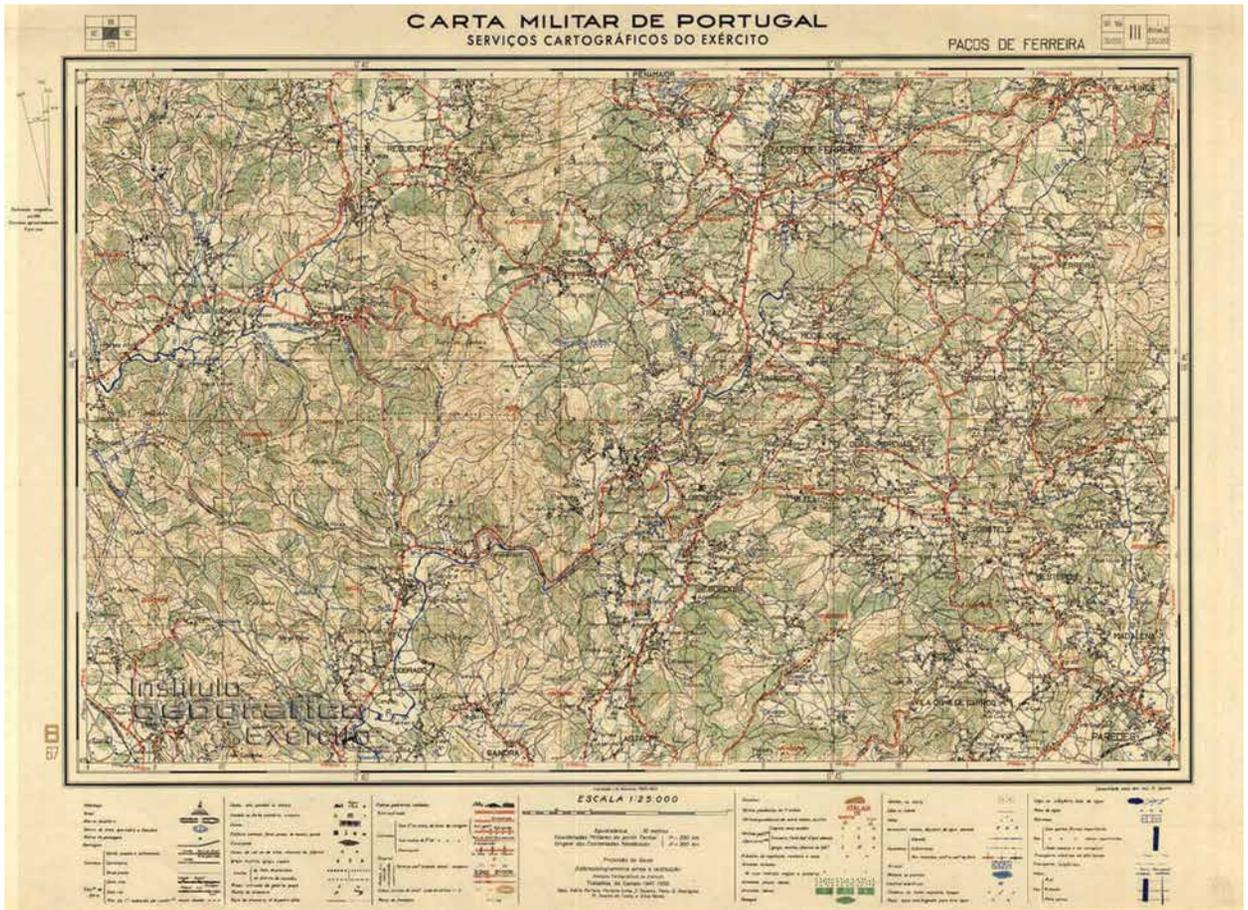


Figura 2. Carta Militar de Portugal. Folha n.º 111 – Paços de Ferreira, 2.ª edição, 1953. Fonte: Instituto Geográfico do Exército.

fiação, em Balsa (Sobrado, Valongo), ambas na margem do rio Ferreira, e a Fábrica de Vilela, em Vilela (Paredes)⁵.

4. Os mapas e a evolução do território

Depois de publicada em 1935, a folha n.º 111 conheceu mais quatro edições diferentes e uma reimpressão. A segunda edição data de 1953, intitula-se “Paços de Ferreira” e é representativa da evolução na ciência cartográfica: os levantamentos passaram a incluir técnicas fotogramétricas, a

legenda é incluída como um elemento do mapa, utilizando-se cores e símbolos próximos dos atuais, o que permite que o mapa seja lido e interpretado por um público mais vasto, indica-se a projeção usada (de Gauss), assim como os técnicos responsáveis pelos levantamentos de campo, num total de seis oficiais, que percorreram a área, entre 1947 e 1950, e o desenhador.

Comparativamente ao exemplar da primeira edição, o desenho desta merece destaque, quer pela nitidez dos pormenores, quer pelo maior contraste, que facilita a legibilidade do documento, bem como pelo uso da cor, nomeadamente na

⁵ O mapa não dá conta de uma importante atividade industrial ligada aos laticínios (coexistente na área agrícola), e que aproveitava os recursos locais. Embora se estendesse aos concelhos limítrofes, a produção de queijo e, sobretudo, de manteiga, que era “exportada” para as fábricas de biscoito de Valongo e do Porto, concentrava-se no concelho de Paços de Ferreira (Pereira, 1936: 80; Magalhães, 1986: 84).

figuração das curvas de nível a castanho e as estradas a vermelho. Figura-se, pela primeira vez, um importante fenómeno: a divisão administrativa, por concelho.

A análise geral deste mapa mostra que a fisionomia geral do território não se alterou significativamente, pese, embora, as importantes alterações demográficas e económicas que, entretanto, ocorreram. A título ilustrativo, refira-se que a população dos concelhos de Paços de Ferreira e Paredes registaram taxas de crescimento populacional intercensitários (1930-1950) de 28,6% e 27,4%, respetivamente. Verificou-se, também, uma alteração na composição da estrutura ativa, nestes dois concelhos, uma vez que a população ativa empregada no setor secundário já ultrapassava a do setor primário (Abreu, 1966: 662-683). Iniciava-se, assim, o processo de desruralização deste território, que se acentuaria nas décadas seguintes.

Como consequência deste processo de “modernização” da sociedade, a rede viária consolidou-se em torno dos dois principais eixos viários, registando-se significativas melhorias nas infraestruturas, quer na largura das vias, quer, sobretudo, na pavimentação das mesmas. Foram figuradas duas novas fábricas, uma de motores elétricos, no concelho de Paços de Ferreira, e a Fábrica da Companhia Industrial de Fibras Artificiais, em Sobrado, Valongo.

Por sua vez, a distribuição do povoamento, apesar de manter o mesmo padrão, adensa-se nas duas sedes de concelho e nas freguesias mais povoadas, especialmente as do vale do Ferreira, mas também noutros núcleos populacionais como Seroa, em Paços de Ferreira (onde se figura o início da construção da Cadeia Central do Norte), Reguenga, Agrela (ambos em Santo Tirso) ou Cristelo (Paredes).

A terceira edição, de 1976, confirma, de forma evidente, as alterações iniciadas na década de 1950. Entre os recenseamentos de 1950 e de 1970, a população cresceu num ritmo elevado: superior a 30%, por exemplo, nos concelhos de Paços de Ferreira e de Paredes. Evidencia-se,

agora, que o crescimento da área urbana se faz, preferencialmente, ao longo das principais vias terrestres, em especial as estradas nacionais em direção à cidade do Porto, começando a ocupar alguns terrenos agrícolas e florestais. Pela análise da sua morfologia urbana, verifica-se, de forma muito clara, que Paredes é o principal núcleo populacional de toda a área.

Nesta década consolidou-se a industrialização, empregando-se a maioria da população ativa no setor secundário. No entanto, este fenómeno não é visível neste “retrato” do território, porque o modelo industrial que se criava era o do “distrito industrial” ou *cluster*, assente nas pequenas e micro empresas familiares, que operavam na própria residência, não conferindo, aparentemente, expressão territorial ao forte crescimento industrial.

Refira-se que, desde meados da década de 1950, foi instalada, em Paços de Ferreira, a Esquadra de Detecção, Alerta e Conduta de Interceção n.º 12 e a Estação de Radar n.º 2, da Força Aérea Portuguesa, o que veio renovar o interesse militar sobre este território.

Em termos técnicos, esta nova edição foi feita na projeção de Gauss, elipsoide internacional, *Datum* de Lisboa, mas já inclui a quadrícula quilométrica UTM Fuso 29, Elipsoide Internacional, *Datum* Europeu, e as coordenadas geográficas referentes à rede geodésica europeia. Pela primeira vez, o mapa deixa de ter autoria, sendo esta atribuída, genericamente, ao Serviço Cartográfico do Exército (assim denominado desde 1959), apoiada nos levantamentos de fotografia aérea efetuados pela Força Aérea Portuguesa, tendo os trabalhos de campo decorrido em 1972. Comparativamente à anterior edição, o desenho deste mapa perdeu mais contraste e nitidez de leitura.

A transformação/alteração da fisionomia do território é mais evidente nas duas últimas edições, sem contabilizar a reimpressão da terceira edição, em 1987. Esta poderá estar relacionada com a necessidade de preparar e elaborar os Planos Diretores Municipais dos diferentes municí-

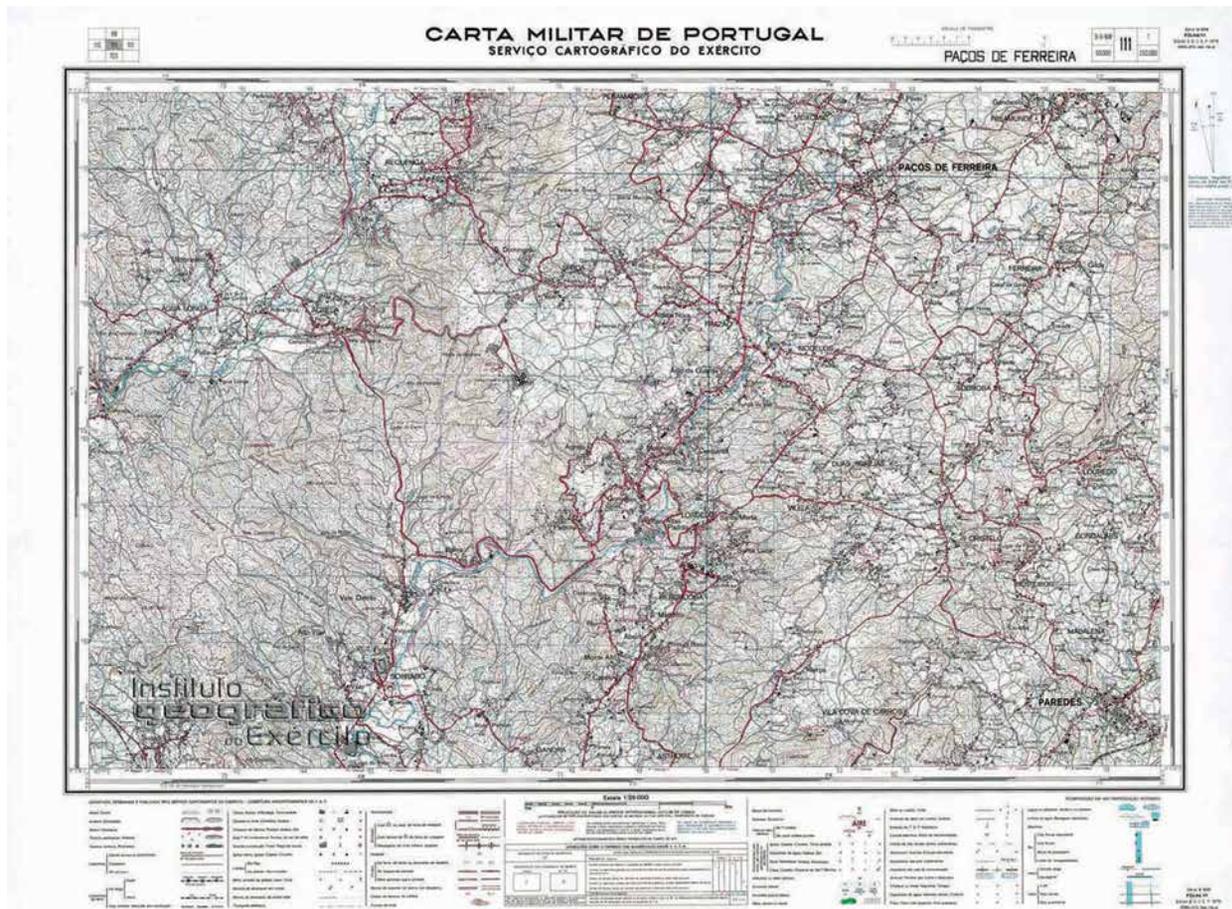


Figura 3. Carta Militar de Portugal. Folha n.º 111 – Paços de Ferreira, 3.ª edição, 1976. Fonte: Instituto Geográfico do Exército.

pios, cujos trabalhos decorreram no início da década de 1990 e recorreram à *Carta Militar* como mapa de base⁶.

A quarta edição, de 1998, foi levantada, digitalizada, processada e desenhada por métodos automáticos, pelo Instituto Geográfico do Exército, que, desde 1993, substituiu o Serviço Cartográfico do Exército. Os trabalhos de campo decorreram em 1996.

Numa leitura geral, verifica-se uma tendência para a desruralização do território, à medida que se desenvolve uma industrialização/reurbanização *in situ*, em consequência do aumento da densidade populacional e das atividades económicas. O crescimento urbano e industrial fez-se, em parte, à custa da diminuição do solo agrícola e florestal, e exigiu a construção de novas infraestruturas rodoviárias, cuja rede se torna cada vez mais dendrítica e reticulada, contribuindo, por

sua vez, para a expansão urbana. Esta é uma urbanização difusa, onde o rural, o industrial e o urbano convivem lado a lado (Silva, 1986: 51).

A quinta e última edição da folha n.º 111 data de 2012, tendo o trabalho de campo decorrido em 2010. O aspecto geral não podia ser mais contrastante com a de 1935: um predomínio do espaço urbano-industrial, que, embora disperso, difuso e descontínuo, ocupa a maior parte do solo. De todo o território cartografado, apenas a serra do Penedo e parte da serra da Agrela continuam sendo de baixa densidade, constituindo a principal área florestal.

Constatam-se as tentativas efetuadas pelo poder local no sentido de densificar o território, definindo áreas industriais, que se afirmam como novas centralidades e que, em alguns casos, como a de Seroa-Lordelo, beneficiam de novas vias ro-

⁶Sobre a importância da *Carta Militar* para o ordenamento do território, ver Rosado (2003: 16-20).

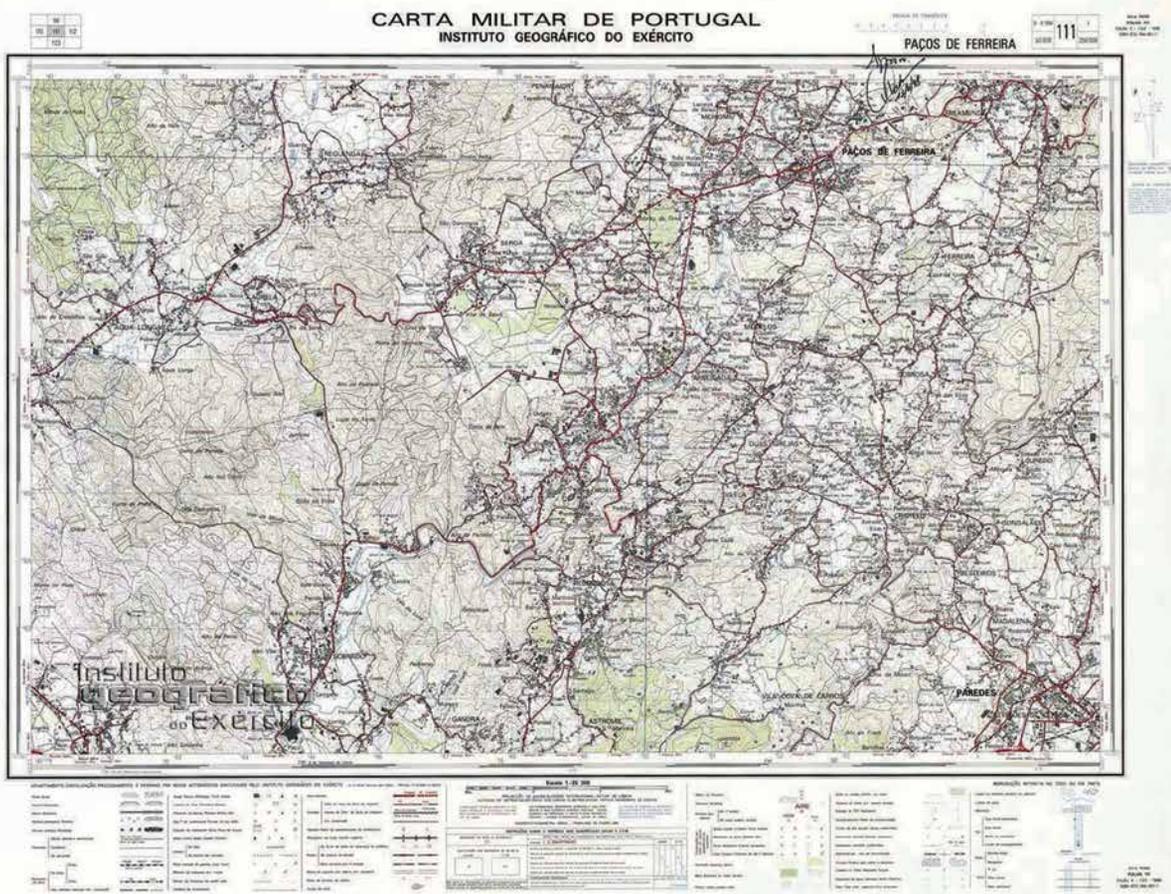


Figura 4. Carta Militar de Portugal. Folha n.º 111 – Paços de Ferreira, 4.ª edição, 1998. Fonte: Instituto Geográfico do Exército.

doviárias estruturantes, como é o caso da A42, que cruza centralmente todo o mapa, rompendo com o padrão rodoviário.

As duas sedes de concelho, que em 1935 estavam claramente separadas, hoje parecem mais próximas, encontrando-se ligadas por corredores urbano-industriais, estruturados pelas diversas estradas e pelo próprio crescimento das restantes freguesias, esbatendo a dicotomia urbano/rural tradicional.

Num espaço de cerca de 80 km², correspondente à metade ocidental da carta, existem agora seis cidades – no concelho de Paredes: Paredes, Gandra, Rebordosa e Lordelo; no concelho de Paços de Ferreira: Paços de Ferreira e Freamunde – cujos limites se interpenetram e se tornam cada vez mais difíceis de distinguir entre si e que compõem o principal núcleo da conurbação industrial não metropolitana do Vale do Sousa (Domingues, 2011a: 120), a qual se completa com a urbanização de Lousada, Penafiel e Felgueiras.

O território aqui em evidência resulta das transformações impostas pela sociedade que nele habita. Se esta era, em 1935, predominantemente rural e agrícola, na atualidade, os setores secundário e terciários são os mais representativos, sendo a agricultura uma atividade residual e com pouco expressão espacial.

5. Conclusão

A paisagem, aqui entendida como a fisionomia de um território, não é eterna; antes pelo contrário, está em permanente evolução, pois é o produto do desenvolvimento humano no espaço terrestre. Deste modo, as mudanças demográficas, económicas, políticas e tecnológicas de uma sociedade imprimem alterações, mais ou menos visíveis, na paisagem.

Assim, este exercício de análise cartográfica comparativa e evolutiva de um território, ao longo de um período de cerca de 80 anos, permitiu

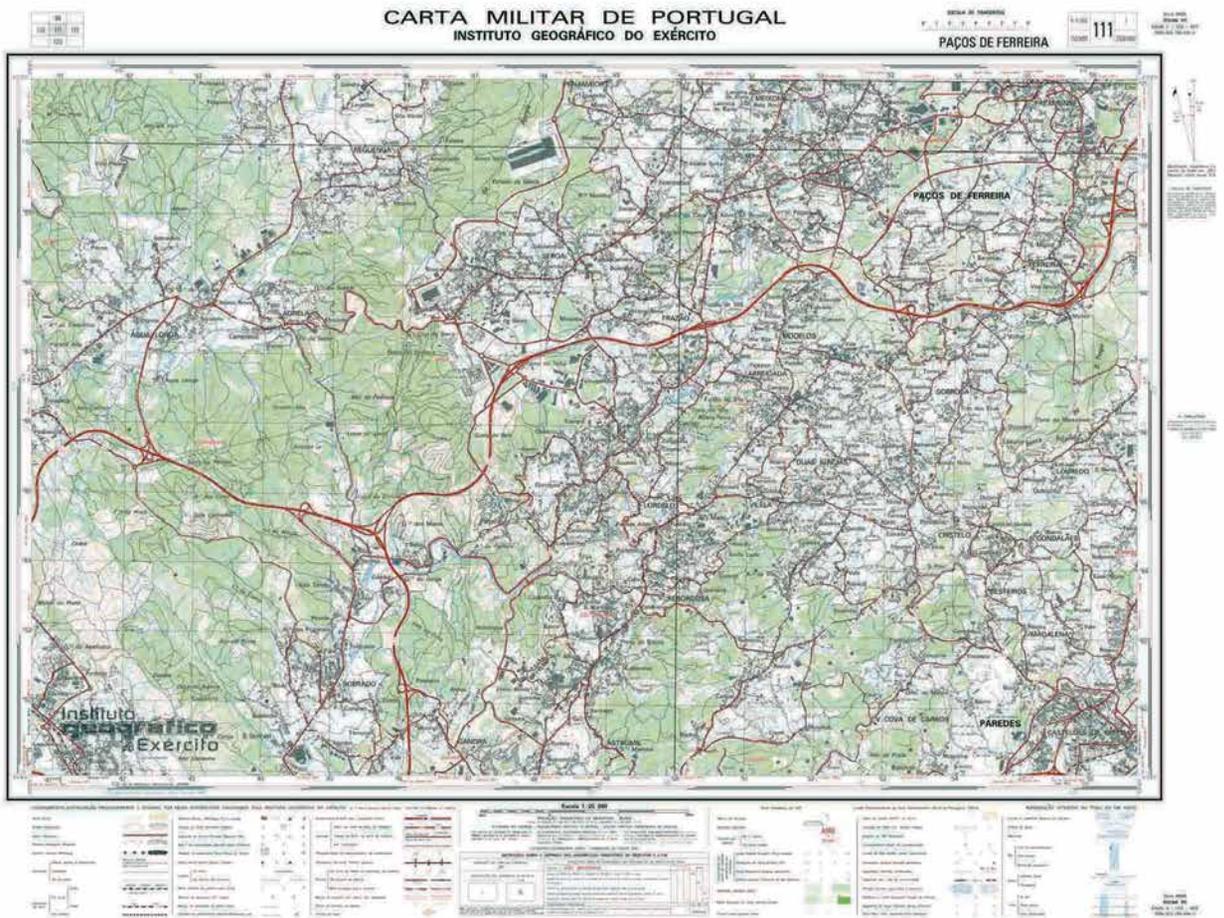


Figura 5. Carta Militar de Portugal. Folha n.º 111 – Paços de Ferreira, 5.ª edição, 2012. Fonte: Instituto Geográfico do Exército.

aferir as suas mudanças mais significativas, uma vez que os mapas constituem um repositório de memórias georreferenciadas, pessoais e coletivas.

Como foi possível observar, nos anos 30 do século XX, o território figurado organizava-se de acordo com uma sociedade cujo modo de vida assentava no trabalho agrícola, mas, em poucas décadas, transformou-se num território que espelha uma sociedade industrial e terciarizada, cujo desenvolvimento originou a desruralização do espaço e promoveu a sua urbanização de uma forma difusa.

Ao longo deste rápido processo, muitas referências paisagísticas se perderam (e outras se ganharam), o que leva as populações a exprimirem

sentimentos mistos pela perda de um território coerente e equilibrado e a sua substituição por outro, aparentemente, caótico, eivado de referências novas, recentes e desconexas.

Tal como diz o geógrafo Álvaro Domingues, “como a língua ou a história, a paisagem é um poderoso marcador identitário, uma casa comum. Não há paisagens para sempre. A paisagem é registo da sociedade que muda e se a mudança é tanta, tão profunda e acelerada, haverá registo disso e pouco tempo e muito espaço para compreender e digerir todas as marcas e a forma como se vão atropelando mutuamente, ora relíquias, ora destroços” (Domingues, 2011b: 15).

Bibliografia

- ABREU, A. T. de (1966) – Uma aplicação dos métodos de análise regional ao noroeste português. *Análise Social*. Lisboa. 4: 16, p. 662-683.
- BRANCO, R. M. C. (2003) – *O mapa de Portugal: estado, território e poder no Portugal de oitocentos*. Lisboa: Livros Horizonte, 198 p.
- DIAS, M. H. (1995) – As vicissitudes das séries topográficas e temáticas: um retrato da cartografia portuguesa contemporânea. *Finisterra*. Lisboa. XXX, 59-60, p. 57-76.
- _____ (1998) – Os primórdios da moderna cartografia militar em Portugal: uma história ainda por contar. *Revista da Faculdade de Letras*. Lisboa. 5ª série, 24, p. 49-80.
- _____ (2000) – A cartografia militar portuguesa no final do milénio: rupturas e continuidades. *Revista Militar*. Lisboa. 52: 1, p. 297-323.
- _____ (2001) – A imagem do espaço nacional e o papel da cartografia militar portuguesa. *Revista Militar*. Lisboa. 53: 1, p. 27-57.
- DIAS, M. H. (coord.) (2003) – *Contributos para a história da cartografia militar portuguesa* [CD-ROM]. Lisboa: Centro de Estudos Geográficos do Instituto Geográfico do Exército e Direção dos Serviços de Engenharia.
- DIAS, M. H.; ROSSA, J. M. R. (2007) – *Dos Serviços Cartográficos ao Instituto Geográfico do Exército: 75 anos de actividade a servir Portugal (1932-2007)*. Lisboa: Instituto Geográfico do Exército, 63 p.
- DOMINGUES, A. (2011a) – Variações de contexto e escala de urbanização. In PORTAS, N. *et. al.*, coord. – *Políticas urbanas II: transformações, regulação e projectos*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, p. 68-135.
- _____ (2011b) – *Vida no campo*. Porto: Dafne Editora, 319 p.
- HARLEY, J. B. (1987) – The map as biography: thoughts on ordinance survey map, six-inch sheet Devonshire CIX, S.E., Newton Abbot. *The Map Collector*. Tring. 41, p. 18-20.
- INSTITUTO GEOGRÁFICO DO EXÉRCITO (2000) – *Manual de leitura de cartas*. 4.ª ed., Lisboa: Instituto Geográfico do Exército, 109 p.
- LACERDA, S. A. (1986) – Paços de Ferreira: traços de história contemporânea. In *Paços de Ferreira: estudos monográficos*. Paços de Ferreira: Câmara Municipal de Paços de Ferreira – Gabinete de Informação e Cultura, vol. II, p. 85-246.
- MAGALHÃES, M. M. A. (1986) – Paços de Ferreira: indústria transformadora. In *Paços de Ferreira: estudos monográficos*. Paços de Ferreira: Câmara Municipal de Paços de Ferreira – Gabinete de Informação e Cultura, vol. I, p. 79-93.
- PEREIRA, A. (1936) – *Paços de Ferreira: número comemorativo do 1.º centenário do concelho, 1836-1936*. Paços de Ferreira: Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Paços de Ferreira, 96 p.
- ROSADO, J. (2003) – A cartografia militar no ordenamento do território. *Boletim do Instituto Geográfico do Exército*. Lisboa. 75, p. 16-20.
- SILVA, R. F. M. (1986) – Caracterização geográfica do concelho de Paços de Ferreira. In *Paços de Ferreira: estudos monográficos*. Paços de Ferreira: Câmara Municipal de Paços de Ferreira – Gabinete de Informação e Cultura, vol. I, p. 11-75

Lugar de Cortom, freguesia
da codelida, Concelho de
Lousada.

Planta, Escala = 0,001

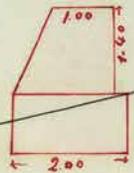
Visto

Porto, 27 de maio de 1909

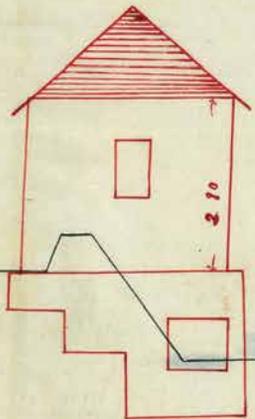
O Director,

João Y. ... Escala = 1/100

Corta = C.D.



deitado em A. B.



Visto
...
...

Ar na secoto

